

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.845 - SC  
(2019/0299908-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : JOSÉ ANTÔNIO DA SILVEIRA**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE SANTOS CORREIA DE AMORIM -**  
**SC011253**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA**  
**CATARINA**

**DECISÃO**

**JOSÉ ANTÔNIO DA SILVEIRA** interpõe recurso em habeas corpus contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**, que denegou a ordem lá impetrada, na qual pleiteou a extinção de sua pena em razão do advento da **prescrição da pretensão executória estatal**.

Em suas razões, alega o recorrente, em síntese, que o marco inicial para a contagem do prazo para a referida prescrição é o trânsito em julgado da condenação para a acusação.

Requer, portanto, o reconhecimento de tal prescrição, com a consequente declaração de extinção da punibilidade.

Sem pedido liminar, foram os autos ao Ministério Público Federal, que se **manifestou pelo não provimento do recurso**.

**Decido.**

Acerca da matéria posta a debate, o Tribunal de origem assinalou (fls. 81-84, destaquei):

Sem desrespeitar o entendimento das partes, divirjo e explico os motivos.

Extrai-se do caderno processual que ao reeducando foi imposta a pena de 1 (um) ano e 3 (três) meses de prisão, a ser cumprida no regime inicial semiaberto, por infração ao disposto no art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/03.

Com efeito, vê-se que a dita ilicitude ocorreu no dia 24.11.2010, conforme cópia da denúncia de pp 3-4.

Por sua vez, no dia 14.12.2010 a peça vestibular foi recebida e no dia 18.11.2011 foi julgada procedente, sendo o édito condenatório publicado em 10.11.2011.

No dia 31.08.2012, a Quarta Câmara Criminal da Corte Catarinense negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo réu (pp. 16-23).

Outrossim, em data não informada pela Origem, mas certa que no ano de 2013, a Corte Catarinense negou seguimento ao recurso especial apresentado pelo executado (pp. 24-34).

Ademais, a Corte Cidadã, ao receber o recurso de agravo interposto sobre a inadmissibilidade do recurso extraordinário, também negou seguimento ao reclamo, mantendo a decisão de piso (pp. 24-34).

Finalmente, a sentença condenatória passou em julgado no dia 15.04.2014 (p. 35).

A argumentação acima, portanto, é suficiente para descaracterizar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, que, ainda que não tenha sido objeto do pedido defensivo, é importante para explicar o início da pretensão executória estatal.

Sobre o assunto, tem-se que o Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado de que os recursos extraordinário e especial, se inadmitidos, não impedem a formação da coisa julgada.

Veja-se:

[...]

**Não bastasse, é do dia em que transitou em julgado o não seguimento ao recurso de agravo, no Superior Tribunal de Justiça (15.04.2014), que se inicia o termo inicial da prescrição da pretensão executória estatal.** Estas, aliás, são as lições dadas pelo teor do acórdão acima mencionado (HC 86125), que assim diz:

[...]

**Logo, identificado o marco divisor (15.04.2014), é possível ver que não ocorreu a prescrição da pretensão executória.**

**Isso porque a pena de 1 (um) ano e 3 (três) meses remete-nos a um prazo prescricional de 4 (quatro) anos, consoante art. 109, V, do Código Penal.**

**Todavia, o apenado foi reconhecido, no édito**

**condenatório, como reincidente, o que conduz a um inevitável aumento de 1/3 sobre o lapso prescricional, que sobe para 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses.**

**Então, no entendimento deste juízo (que, sabe-se, é minoritário), a prescrição do Estado estaria fulminada apenas em 14.08.2019.**

**Como a prisão do apenado aconteceu em 08.08.2019, não há que se falar em prescrição executória.**

Ante o exposto, **INDEFIRO o pedido de prescrição realizado à pp. 39-40, por não verificar o transcurso de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses entre o trânsito em julgado às partes (15.04.2014) e a efetiva prisão do réu (08.08.2019).**

Comunique-se o conteúdo desta decisão à Origem e ao HC n. 4024772-52.2019.8.24.0000, impetrado pela Defesa no processo-crime.

A solução sobre a controvérsia **não é uníssona**, tanto que o Supremo Tribunal Federal submeteu ao regime de repercussão geral o julgamento do **ARE n. 848.107/DF**, da relatoria do Ministro **Dias Toffoli**, ainda pendente de julgamento, para se pronunciar a respeito do marco inicial da prescrição da pretensão executória, **se do trânsito em julgado para o Ministério Público ou se para ambas as partes.**

Contudo, no âmbito infraconstitucional, prevalece neste Superior Tribunal o entendimento de que:

De acordo com a literalidade do artigo 112, inciso I, do Código Penal, o **termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação.** Precedentes do STJ.

[...]

**(AgRg no RCD na PET no HC n. 449.842/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 10/10/2018, grifei).**

Não olvido que a prescrição é verdadeira penalidade ante o desinteresse/inércia no exercício de um direito em tempo razoável. Mas, em que pesem as considerações do acórdão recorrido, o legislador optou por não fazer mudanças na redação do art. 122, I, do CP. Por isso, permanece nesta Corte a interpretação literal da lei federal, pois não houve declaração de sua inconstitucionalidade (v.g.: **RHC n. 89.948/RS**, Rel. Ministro

**Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 25/6/2019; AgRg no **RHC n. 107.738/SE**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 23/5/2019; **EDcl no AgRg no REsp n. 1.706.916/MG**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 29/4/2019).

*In casu*, o recorrente foi **condenado a 1 ano e 3 meses de reclusão**, o que nos termos do art. 109, V, do Código Penal, **prescreve em 4 anos**. No entanto, pelo fato de o réu ser **reincidente**, **umenta-se o prazo prescricional em 1/3, totalizando, pois, 5 anos e 4 meses**, conforme previsto no art. 110, *caput*, do Código Penal.

Segundo o art. 112 do Código Penal, conta-se o termo inicial da prescrição, após a sentença condenatória irrecorrível, "**do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação**", o que, no presente caso, **ocorreu no dia 16/10/2012** (fl. 6). Diferentemente, portanto, do entendimento firmado pelo acórdão recorrido, que iniciou a contagem do prazo a partir do trânsito em julgado para a defesa.

Desse modo, tendo ocorrido o **trânsito em julgado da condenação para a acusação em 16/10/2012**, e a **prisão do recorrente em 8/8/2019**, verifica-se transcurso de prazo superior a 5 anos e 4 meses, ou seja, ocorrência da prescrição executória da pena.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **dou provimento** ao recurso em habeas corpus, **para declarar extinta a punibilidade do recorrente pela prescrição da pretensão executória**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
Relator